

A saúde é caso de polícia

EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA*

A epidemia de dengue em metade do Brasil é um dos maiores escândalos de que se tem notícia nos últimos tempos. É inconcebível e chocante que tenhamos de nos defrontar, com todos os recursos de que dispõe hoje a medicina e às portas do século 21, com o alastramento de uma doença em virtude das péssimas condições de higiene que proliferam pelo país. O momento é, por isso, de união de todas as instâncias públicas, desde as administrações municipais e estaduais até o Governo federal.

É vergonhoso que uma cidade como o Rio, por exemplo, uma das maiores metrópoles do mundo e cartão-postal incontestável do Brasil no exterior, reviva agora circunstâncias deploráveis que o caracterizavam no início do século. No ano de 1906, um dos periódicos de maior circulação da então Capital Federal noticiava os esforços de Oswaldo Cruz, diretor geral de Saúde Pública, para erradicar a febre amarela, a febre tifóide, a peste bubônica (235 casos em 1904, 132 em 1905) a tuberculose (matava 40 pessoas por semana) e a varíola. O então prefeito Pereira Passos elegeu como prioridade, por isso mesmo, o saneamento do Rio de Janeiro. Para isso, a cidade chegou a ser dividida em distritos sanitários e a Diretoria Geral de Saúde Pública foi efetivamente investida de poderes antes restritos às autoridades policiais. Pelo Decreto nº 1.151, de 1904, ficava sob a competência daquela diretoria "tudo que no Distrito Federal diz respeito à higiene domiciliar, polícia sanitária dos domicílios, lugares e logradouros públicos, tudo quanto se relaciona à profilaxia geral e específica das moléstias infecciosas".

Ficava também decidida a promulgação de um Código Sanitário, que regulava tudo quanto dissesse respeito à higiene urbana e domiciliar e institua penas e multas que podiam ser convertidas em prisão para os que cometessem infrações sanitárias.

As medidas de força tomadas naquela época são até hoje objeto de discussão. O que não se pode negar é que elas tiveram o poder de marcar um então inédito posicionamento do Poder Público no sentido de prover a então mais importante cidade do país de adequadas condições de higiene e de saneamento. Sua atualidade também não deve ser negligenciada, já que o Brasil e o Rio deste final de século 21 não parecem tão mais saudáveis que os de fins do século 19. E se for necessário usar um novo Código Sanitário, que inclua a intervenção imediata em espaços públicos ou privados para combater doenças que agora retornam ao noticiário quase um século depois (ou mesmo apenas para combater a dengue), que se reedite um decreto nos moldes do de 1904. Se a Saúde ainda é um caso de polícia, que se utilize a força policial ou até mesmo o Exército para restaurá-la. O que não se pode aceitar é o absurdo da constatação de que uma doença transmitida por um mosquito que se prolifera em águas paradas já se tenha tornado uma epidemia em diversos estados do país. Isso é tão vergonhoso quanto qualquer escândalo de "pianistas" ou quanto qualquer Palace II.

A Saúde é e será sempre direito inalienável do cidadão. Não pode haver administrador público que consiga colocar a cabeça no travesseiro e dormir em paz em meio a cidades ou estados doentes. Foi Oswaldo Cruz quem disse que "a extinção absoluta da febre

amarela depende do saneamento da cidade, sobretudo do farto abastecimento de água". A observação, proferida há 92 anos, permanece válida também para o combate à dengue ou a qualquer doença. Como se pode admitir que ainda haja localidades em que o abastecimento de água seja um problema a ser resolvido? Como aceitar que faltê inseticida para combater a dengue? Que exemplo é esse?

A hora parece ser muito mais de agir em âmbito federal do que de simplesmente pedir à população que evite poças d'água. A posse de José Serra, político esclarecido e de grande sensibilidade, no Ministério da Saúde é um convite a uma ação coordenada entre as esferas municipal, estadual e federal. O ministro terá pela frente inúmeros desafios, dentre eles combater a corrupção, a má utilização de verbas, o sucateamento da rede hospitalar, a queda no nível do ensino e dos profissionais da saúde, a péssima qualidade dos serviços públicos de saúde e muito mais. O combate à dengue é mais uma prioridade e é elogiável e reconfortante constatar que o ministro já se comprometeu com isso.

A verdade é que a Saúde é hoje um caso de polícia. Ou agimos rápido ou estaremos causando danos irreparáveis à auto-estima do brasileiro e à imagem do país no exterior. Com saúde não se brinca. Trata-se de coisa séria e que como tal deve ser tratada. E permitir que haja uma epidemia de dengue no Brasil é algo que precisa de tratamento urgentíssimo. Faça-se o que for preciso, mas vamos acabar ao menos com esta vergonha que agora se abate sobre todos nós. E se o caso é de polícia, que sejam acionadas as sirenes...

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).